

... Cadernos :: edição: 2007 - Nº 29 > Editorial > Índice > Resumo > Artigo

Investigando o espectro do autismo: perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal

Tânia Maria de Freitas Rossi*
Erenice Natália Soares Carvalho**

O projeto de pesquisa Perturbações do espectro de autismo – perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal integra o Programa de Apoio à Educação Especial, iniciativa da Secretaria de Educação Especial, em parceria com a Capes, que vem alocando investimentos técnicos e financeiros para apoiar e incentivar a pesquisa em educação especial. Como tal, o projeto volta-se à realização de investigações e estudos acerca da inclusão de pessoas com perturbações do espectro do autismo e à capacitação, em nível de pós-graduação lato e stricto sensu de profissionais que atuam na educação especial. Pretende ser um, dentre os múltiplos instrumentos e ações, que possibilitem o atendimento das atuais prerrogativas educacionais que regem a Política Nacional de Educação: a inclusão escolar de todos os alunos. A literatura aponta que ainda há um grande contingente de pessoas com e sem deficiência, sem escolarização, excluído do processo educacional e do atendimento educacional especializado, apesar dos esforços até então envidados nesse sentido. O atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência vinha sendo desenvolvido, prioritariamente, em classes e escolas especiais, em salas de recursos, por meio de serviços de itinerância, dentre outras modalidades, situação que a política hodierna pretende reverter, direcionando esforços no sentido de oferecer insumos técnicos e financeiros para criar condições de sustentabilidade a esse atendimento na classe comum, como preconiza o princípio da inclusão escolar.

Palavras-chave: Espectro de Autismo. Educação Especial. Inclusão.

Tânia Maria de Freitas Rossi*
Erenice Natália Soares Carvalho**

1. Introdução

A tendência atual da Educação Especial está expressa nas políticas públicas exaradas dos instrumentos legais em vigor e levados às últimas conseqüências pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação. Mostra que o atendimento às pessoas com necessidades especiais vem sendo ampliado para garantir a todo aluno acesso à escolaridade regular, em salas de aulas comuns. Trata-se de uma concepção na qual a Educação Especial é compreendida na condição de complemento na transversalidade que permeia todos os níveis de ensino. A intenção é tornar disponíveis recursos educacionais e estratégias de apoio ao aluno, de modo a proporcionar-lhe diferentes alternativas de atendimento, de acordo com as necessidades de cada um. Essa política pressupõe, não apenas, que se complemente o ensino escolar, mas que se garanta o reconhecimento e atendimento das peculiaridades de cada pessoa, e, dentre elas, as que são acometidas pelo espectro de autismo.

Entende-se que o movimento em prol da educação inclusiva não quer instalar a transposição desse outro – a pessoa com autismo – a temporalidades e espacialidades homogêneas, conforme postulado por Skliar (2003). Sequer pretende gestar uma política que resulte em práticas de uma pedagogia da suposta diferença, em meio a um terrorismo de seu anulamento em classes comuns e chamar esse outro para uma relação escolar sem considerar sua relação com os demais outros. Ao contrário, o que a política atual preconiza é a inclusão. A oferta e facilitação de acesso ao outro, que ostenta características que parecem estranhas, mas sem tentar recorrentemente inventar o outro e transformá-lo em exterioridade do que se é, como ocorre no processo da dialética exclusão-inclusão (JODELET, 2002; ARRUDA, 2002). A condição ingente para a inclusão da pessoa com autismo é conhecê-la e lembrar que não há justaposição e tampouco identidade do conceito do espectro de autismo enquanto doença, com a pessoa com autismo. E foi calcado nestes pressupostos epistemológicos e visando cooperar com uma política pública de inclusão que pergunte pelo outro, e, de fato, o considere que o projeto de pesquisa Perturbações do espectro de autismo – perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do

Distrito Federal, aprovado pela SEESP-PROESP, em dezembro de 2005, vem sendo desenvolvido na Universidade Católica de Brasília.

Aqui, pretende-se apresentar, em linhas gerais, as suas bases, os produtos já desenvolvidos e os em desenvolvimento, nesse curto espaço de vigência. Para tanto, este trabalho foi organizado de modo a apontar o enquadre da problemática envolvida com as perturbações do espectro do autismo, sua confluência com a política de inclusão, os objetivos do projeto e as ações envidadas no período de 2005 a junho de 2006.

2. As perturbações do espectro do autismo no âmbito da inclusão

O autismo tem sido identificado como um transtorno precoce do desenvolvimento infantil, afetando o desenvolvimento mental da criança por toda a extensão de sua vida. Os sintomas modificam-se ao longo do ciclo vital, sendo que algumas características só aparecem mais tardiamente e outras desaparecem com o tempo (FRITH, 1996), o que torna sua compreensão um grande desafio, mesmo para os profissionais da saúde.

O estudo clássico de Wing (1993) com crianças autistas inglesas, na década de 70, permitiu-lhe concluir que todas as crianças com diagnóstico de autismo apresentam uma tríade com características específicas, que veio a ser conhecida e adotada internacionalmente como Tríade de Lorna Wing, por envolver transtornos da interação social, da comunicação e da função simbólica. O uso da expressão espectro do autismo, cunhada por Wing (1985) em substituição ao termo autismo, deve-se à constatação da existência de amplas variações entre as condições dos portadores do transtorno revelando, segundo (MARQUES, 2000), variada caracterização: a) maior ou menor gravidade do transtorno; b) associação com outras alterações (comorbidade); c) diversidade de comportamentos, sinais ou sintomas; d) competências comunicativas, cognitivas e interpessoais diferenciadas; e) variação de condições pessoais em relação ao mesmo transtorno.

O espectro de autismo a que se refere a autora corresponde aos Transtornos Globais do Desenvolvimento classificados pela Associação Psiquiátrica Americana (2004) no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – Texto Revisado – DSM-IV-Tr, sendo classificados como: Transtorno Autista, Transtorno de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Asperger e Transtorno Global do Desenvolvimento Sem Outra Especificação.

Padrões classificatórios são também propostos pela Organização Mundial de Saúde (1992) na Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento CID-10 na categoria dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: Autismo Infantil, Autismo Atípico, Síndrome de Rett, Outro Transtorno Desintegrativo da Infância, Transtorno de Hiperatividade Associado a Retardo Mental e Movimentos Estereotipados, Síndrome de Asperger, Outros Transtornos Invasivos do Desenvolvimento, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento, Não Especificado. Esses sistemas classificatórios são atualmente utilizados como diretrizes orientadoras para o diagnóstico das Perturbações do Espectro do Autismo.

Os estudos sobre autismo têm sido intensificados nos últimos anos, tendo em vista seu reconhecimento como quadro clínico diferenciado de outros transtornos mentais. Estima-se que 21 em cada 10.000 crianças nascidas apresentam perturbações do espectro do autismo (MARQUES, 2000).

Na última década, em decorrência de movimentos em prol dos direitos humanos e pela intervenção ativa de familiares de autistas, vêm sendo criadas oportunidades educacionais para essa população específica.

No Brasil poucas iniciativas têm sido tomadas nesse sentido pelos sistemas educacionais, considerando-se dificuldades das escolas e dos professores em lidarem com alunos que, para eles, são vistos como doentes, isolados, alheios ao mundo, sem perspectivas de aproveitamento pedagógico. Essa visão linear e homogeneizante, nivela todos com perturbações do espectro do autismo, a despeito da comprovada diferenciação entre eles.

A partir de 1994, o autismo passou a integrar a categoria de portadores de Condutas Típicas na Política Nacional de Educação Especial do MEC, elaborada pela Secretaria de Educação Especial, com a seguinte designação: “manifestações de comportamento típicas de portadores de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social, em grau que requeira atendimento educacional especializado” (MEC/SEESP, 1994, p. 14).

A possibilidade de agrupar certos transtornos mentais de difícil diagnóstico em uma categoria mais ampla, encorajou muitos profissionais da saúde ou equipe interdisciplinar de instituições a lançarem mão dessa categorização como alternativa ao diagnóstico das perturbações do espectro de autismo, tendo em vista dificuldades para esse diagnóstico: a enorme diversificação de comportamentos e atitudes entre as crianças e em relação a uma mesma criança, ao longo do desenvolvimento; exames clínicos não oferecem indicadores específicos, precisos e consistentes de autismo; a semelhança com outras patologias caracterizadas por sintomatologias similares. Por outro lado, quando identificadas as perturbações do espectro de autismo, permanece a dificuldade em definir a síndrome específica dentro do espectro, de modo a indicar alternativas pedagógicas pertinentes.

No Distrito Federal, o atendimento educacional ao autista iniciou-se na rede pública em 1987, em parceria com uma associação de pais de autistas -ASTECA- de quem recebia insumos técnicos. O atendimento realizava-se em classes especiais nas escolas comuns. Crianças e jovens com sintomatologias mais grave ocupavam espaço institucional clínico em regime de oito horas diárias. Ao longo dos dezenove anos de atividade, o modelo de atendimento educacional modificou-se, ampliando-se para a possibilidade de atendimento nos Centros de Ensino Especial descentralizados em diversas regiões

administrativas do DF.

Dados fornecidos pela Divisão de Ensino Especial da Secretaria de Estado de Educação do DF-SEDF indicam, ao final de 2005, a matrícula de aproximadamente quatrocentos alunos na categoria de condutas típicas de síndrome, em espaços educacionais inclusivos ou segregados. Dentre esses, não estão claramente identificados os casos de autismo, uma vez que grande número de diagnóstico está inconcluso, como verificaram Carvalho et al. (2003). Em consequência, as síndromes dos alunos não são identificadas, de modo a indicar-lhes orientação pedagógica pertinente.

Outra questão demandada pela SEDF diz respeito à incipiente oferta de metodologias de trabalho pedagógico e alternativa didática para a educação desses alunos (CARVALHO et al., 2002), bem como o pouco intercâmbio interinstitucional para a socialização do conhecimento na área. Do mesmo modo, a escassez de realização de eventos que divulguem novas alternativas e abordagens de atendimento. Os professores, por sua vez, ressentem-se do despreparo para atuar com esses alunos. À determinação legal de que seja implantada e implementada a educação inclusiva, seguem-se muitos óbices ao seu cumprimento. Preconiza-se a instauração de uma educação inclusiva que abarque a condição simultânea de paradigma e de movimento. Paradigma, por inscrever-se numa perspectiva de novas propostas de trabalho educativo e de reflexão sobre a educação. Movimento, por pressupor transformações que ruptorem com os critérios homogeneizantes de classificação, como demanda o caso do espectro do autismo.

A literatura, referenda os dados encontrados por Carvalho et al. (2003), na rede de ensino do Distrito Federal e aponta que o sistema educacional, em que pese os esforços da política de inclusão escolar, se depara com um conjunto de desafios (DUTRA; GROBISKI, 2005; HANFF; BARBOSA; KOCH, 2002). Por um lado, o despreparo dos professores em todos os níveis de educação para atender às diferenças em sala de aula leva ao baixo desempenho escolar demonstrado pelo aluno com necessidades especiais (via de regra comparados aos demais alunos e não consigo mesmo). Por outro, os cursos de formação continuada oferecidos pelo sistema de educação ao professor, em sua grande maioria, não tematizam o conjunto das atividades e práticas em desenvolvimento na sala de aula, além de não atualizarem conhecimentos a partir das necessidades concretas demandadas e/ou enfrentadas pelo professor. Este, por sua vez, mostra carência na formação inicial, principalmente quando especialista em alguma área do conhecimento (DUTRA; GRIBOSKI, 2005).

Diante dessa conjuntura, é imprescindível o desenvolvimento, a capacitação e a qualificação de professores para o atendimento às diferenças dos alunos matriculados nas classes comuns da educação infantil, do ensino fundamental, da educação de jovens e adultos, da educação profissional, do ensino médio e da educação superior, bem como, de professores que prestam o atendimento educacional especializado nos serviços complementares e suplementares (PROESP, 2003). O que se pleiteia é oportunizar meios para que possam conduzir, de forma crítica e reflexiva, o processo de ensino aprendizagem no âmbito escolar. A qualificação desses profissionais, situados ou não no Ensino Especial, merece ser pensada no âmbito das diferenças regionais deste País, considerando suas potencialidades e limitações.

No sentido de cooperar para a solução destes e de outros desafios, principalmente no que concerne à inclusão do autista em salas comuns na rede de ensino do Distrito Federal, é que o projeto de pesquisa em desenvolvimento pela Universidade Católica de Brasília, por intermédio do Grupo de Pesquisa Saúde Mental e Aprendizagem Humana, vem envidando esforços a fim de viabilizar os atuais paradigmas da inclusão escolar, previstos na Constituição Federal e documentos internacionais que tem o Brasil como signatário. Dessa forma, tem por objetivo contribuir para a construção de conhecimento científico sobre as perturbações do espectro do autismo, de modo a promover seu atendimento educacional no ensino público do Distrito Federal, em confluência com a política de inclusão nacional. E para atingir a consecução desse patamar, tem como objetivos específicos:

- identificar a incidência de perturbações do espectro de autismo na rede pública de ensino do DF e a ocorrência de síndromes em relação às categorias sintomatológicas e diagnósticas atualmente aplicadas;
- caracterizar a sintomatologia do conjunto dos alunos dentro das diferentes síndromes a partir de observações na escola e depoimentos de professores e familiares;
- identificar as alternativas curriculares aplicadas aos alunos nos diferentes níveis e modalidades de ensino;
- promover intercâmbio científico para conhecimento das inovações e intervenções na área;
- produzir material voltado às questões pedagógicas e curriculares desses alunos;
- contribuir para a capacitação de docentes e profissionais da educação na área do autismo;
- contribuir na produção e socialização de conhecimentos científicos sobre as perturbações do espectro do autismo.

3. Subprojetos, atividades e resultados esperados

O projeto contém quatro subprojetos, comprometidos com a apropriação, sistematização e construção de conhecimento científico sobre as perturbações do espectro do autismo, perspectivas e alternativas de inclusão da pessoa com autismo no âmbito educacional, a serem desenvolvidos ao longo dos quatro anos de sua vigência.

Considera o conhecimento dos diferentes enfoques teóricos na área e os pressupostos formulados por seus autores. Enfatiza, entretanto, o enfoque histórico-cultural, com base nos pressupostos formulados por Vigotski et al. (2001; 1995), pois admite com o autor que a atividade socialmente organizada é que constitui a consciência e as funções psíquicas superiores. Todos os processos psicológicos mais elevados aparecem em dois planos: no plano intersubjetivo, partilhados nos processos sociais e, no plano intrasubjetivo, à medida em que são internalizados pelos sujeitos. Estas acepções são fundantes para se pensar o estudo do espectro de autismo e o processo de inclusão das pessoas que o possuem.

Os quatro subprojetos intentam buscar caminhos e elementos que contribuam para o entendimento do autismo e para a inclusão educacional de seus portadores, bem como sua inserção cultural e construção de identidade, com base nos pressupostos de inclusão social e familiar.

O primeiro ocupa-se do intercâmbio de idéias e conhecimentos científicos, a produção de trabalhos na área, por meio da promoção de um evento científico que favoreça a atualização, conhecimento dos avanços técnico-científicos e estímulo a novas realizações na área.

O segundo subprojeto propõe-se à investigação das perturbações do espectro do autismo entre alunos da rede pública do DF, sua caracterização sintomatológica e atendimento educacional, de modo a contribuir para a adequação curricular e inclusão escolar desses alunos.

O terceiro trata da elaboração de produções bibliográficas para subsidiar a prática pedagógica de professores e apoiar a escola na atuação educacional com alunos autistas.

O quarto subprojeto tem como foco a capacitação de recursos humanos da educação e áreas afins, tendo em vista a aplicação imediata de sua atuação profissional.

3.1. Primeiro subprojeto - realização de evento científico

Objetiva promover um evento temático, de âmbito nacional, o I Simpósio Brasileiro de Autismo e Ciclo de Vida – I SIBRA, na Universidade Católica de Brasília, envolvendo autoridades brasileiras no assunto e possibilitando apresentação de trabalhos técnico-científicos e de pesquisa realizados por profissionais que trabalham com o espectro. Os temas a serem focalizados constituirão aportes iniciais, juntamente com o aprofundamento da revisão da bibliografia, para a compreensão e tematização do diagnóstico e avaliação do espectro, das perspectivas de intervenção profissional, bem como das experiências bem-sucedidas e avanços na área, focalizando a família e as práticas de inclusão social e escolar.

Com a realização do I SIBRA pretende-se estabelecer uma rede conversacional entre educadores, profissionais da saúde, estudantes e familiares envolvidos com as perturbações do espectro de autismo. O tema central, autismo e ciclo e vida, remete à reflexão sobre o espectro em sua pluralidade teórico-metodológica, permitindo abordar as dificuldades centrais, tanto do ponto de vista do diagnóstico, quanto da intervenção escolar, familiar e clínica ao longo do ciclo de vida. O evento contará com uma diversidade de trabalhos - pôsteres, mesas-redondas, minicursos e conferências, a serem propostos pelos próprios inscritos, bem como por grandes expoentes que investigam o espectro de autismo. A participação de educadores, estudantes e demais profissionais proporcionará a construção de um locus importante ao fortalecimento da pesquisa, divulgação do estado da arte dos estudos sobre autismo e inclusão escolar no cenário brasileiro. Permitirá o estabelecimento de vínculos entre os participantes, a elaboração de projetos coletivos de interesse comum, sua inserção e implicação nas discussões atuais, mormente no que diz respeito ao processo de inclusão escolar.

3.2. Segundo subprojeto - pesquisa de campo nas escolas públicas do DF

Comprometido com o estudo das perturbações do espectro de autismo e, prioritariamente, com o aluno autista, o segundo subprojeto de pesquisa foi concebido para oportunizar a identificação e caracterização do alunado da escola pública do DF com diagnóstico (concluído ou em processo) do espectro, com vistas ao seu atendimento educacional. São produtos esperados:

- revisão de literatura sobre concepções, intervenções, pesquisas e teorias sobre as perturbações do espectro do autismo;

- levantamento de alunos matriculados na rede pública de ensino do DF com diagnóstico de autismo - concluído ou em andamento - e seus respectivos níveis e modalidades de ensino;

- identificação de portadores de espectro de autismo dentre alunos classificados na categoria de condutas típicas por meio de laudos ou registros clínicos oficiais. Essa identificação será feita mediante aplicação de critérios do DSM-IV-Tr e outros instrumentos padronizados;

- investigação sobre questões relativas à dinâmica familiar – pais e irmãos, no que diz respeito ao funcionamento da família com um membro autista, suas expectativas, sentimentos e vivências de papéis;
- identificação das concepções e práticas inclusivas em desenvolvimento pelos educadores nas escolas do DF.;

- compartilhamento dos resultados com educadores da SEDF de modo a subsidiar seu trabalho educacional;

- apresentação dos resultados em eventos científicos nacionais e internacionais;

- formação de 4 mestres em psicologia, vinculados à linha de pesquisa Desenvolvimento humano em contextos sócio-educativos, no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Católica de Brasília. As temáticas das dissertações versarão sobre a inclusão educacional de pessoas com o espectro de autismo e se apoiarão nos dados coletados durante as investigações a serem realizadas ao longo deste projeto.

3.3. Terceiro subprojeto - elaboração de produções científicas, de cunho bibliográfico e técnico, destinadas a profissionais da educação e áreas afins.

O interesse pela produção de livros surgiu da demanda de professores das escolas envolvidas em investigação preliminar realizada por alunos e professores do curso de Psicologia da UCB sobre as perturbações do espectro de autismo. O estudo realizou-se em uma escola comum e dois centros de ensino especializado da rede pública do DF. A análise dos dados possibilitou refletir sobre condições favoráveis e desfavoráveis de aprendizagem envolvendo currículo, materiais de ensino, atendimento às necessidades especiais dos alunos, demanda de capacitação de professores e aspectos que possibilitam a efetiva educação dessa população específica. Os dados permitiram refletir sobre dificuldades na realização do diagnóstico e operacionalização do processo avaliativo na instituição escolar. Revelaram, ainda, a demanda dos professores e educadores participantes em ter acesso a material de estudo e na aquisição de conhecimentos científicos e técnicos que lhes municiassem de informações atuais sobre autismo, em linguagem acessível e de interesse para a prática pedagógica.

Dessa forma, para atender a demanda que emergiu dos estudos anteriores, pretende-se:

- organizar 4 (quatro) livros, nos quais serão apresentados os resultados dos estudos teóricos e empíricos realizados e as contribuições de outros autores, focalizando temas tais como diagnóstico e avaliação; teorias do autismo; comunicação; interações sociais e inclusão educacional; abordagens educacionais e psicopedagógicas e questões relacionadas à família;

- produzir 1 (uma) cartilha e 1 (um) vídeo, utilizando-se linguagem acessível, destinados aos professores da rede de ensino, com o intuito de descrever as principais características do espectro e apresentar reflexões acerca do processo de inclusão educacional e de práticas educativas em sala de aula;

- produzir 8 (oito) artigos científicos a serem publicados em periódicos nacionais e internacionais indexados, socializando os resultados das investigações;

- apresentar 10 (dez) comunicações orais e ou mesas redondas em eventos técnico-científicos nacionais e internacionais;

- realizar 2 (dois) cursos de extensão acerca da inclusão educacional de pessoas autistas, tendo como clientela alvo professores da rede pública de ensino do DF.

3.4. Quarto subprojeto - promoção de um curso de pós-graduação lato sensu sobre as perturbações do espectro do autismo.

Pretende organizar e oferecer, por intermédio da Universidade Católica de Brasília, um curso de pós-graduação lato sensu, com professores locais e convidados, destinado ao público alvo de professores e demais profissionais interessados nas perturbações do espectro do autismo, para além da formação de 4 (quatro) mestres na área. O foco do curso será a intervenção pedagógica, particularmente voltada às práticas educacionais que promovam a inclusão escolar e sua oferta está prevista para o primeiro semestre de 2008.

4. Produtos do Projeto

4.1. Produtos desenvolvidos em 2005

Publicação de Artigo

ROSSI, T. M. de F.; ALMEIDA, S. F., C.; ALENCAR, E. Deficiencia mental: fragmentación del sujeto en sufrimiento psíquico. Construir Desconstruir Reconstruir. Mendoza- Argentina, v. 2, p.119-130, 2005. Participação em evento científico e técnico

ROSSI, T. M. F. Apresentação de trabalhos acerca do desenvolvimento atípico na XI Semana Universitária da Universidade Católica de Brasília, 2005.

ROSSI, T. M. F. O processo de inclusão de pessoas com autismo e outros transtornos globais do desenvolvimento. Brasília, 2006. Palestra proferida em escola inclusiva de ensino fundamental e médio do Distrito Federal.

ROSSI, T. M. F.; ALMEIDA, S. F. C.; PAIXÃO, D.L.L.; FALEIROS, V. F. Combate à vitimização: uma questão educativa. IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia, Salvador – Ba, 2005.

ALMEIDA, S. F. C.; ROSSI, T. M. F. Violência e exclusão: diálogos entre a psicologia, a psicanálise e a educação. IV Congresso Norte Nordeste de Psicologia, Salvador – Ba, 2005.

CAZUMBÁ, L. A.; ROSSI, T. M. F.; ALMEIDA, S. F. C. A construção da noção de tempo na síndrome de Down. 30º Congresso Interamericano da Psicologia – Buenos Aires, 2005.

ROSSI, T. M. F.; CAZUMBÁ, L. A. ; ALMEIDA, S. F. C. O uso da memória em pessoas com síndrome de Down. 30º Congresso Interamericano da Psicologia – Buenos Aires, 2005.

ROSSI, T. M. F.; SANTOS, V.M.; CARVALHO, R. P.F.; CAZUMBÁ, L. A. F. . Questões relevantes sobre dificuldade de aprendizagem. I Congresso Latino-americano da Psicologia – Ulapsi , São Paulo, 2005.

Publicação de livro

Em função das demandas apresentadas pelos professores da rede pública de ensino, está em preparação a 2ª edição dos livros:

ROSSI, T. M. F.; ALMEIDA, S. F. C. Psicologia e compromisso social: estudos sobre marginalização. Brasília: Editora Universa, 2006.

PEREIRA, M. R. S.; ROSSI, T. M. F. O desenvolvimento do pensamento e da linguagem na paralisia cerebral: o caso de Karina. Brasília: Editora Universa, 2006.

Outras produções

Organização e inserção da disciplina Desenvolvimento Atípico no Mestrado em Psicologia da UCB, como integrante da grade curricular.

Articulação com o Laboratório de Psicogênese da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa – LaPsi da Universidade Católica de Brasília para abrigar ações do projeto.

4.2. Produtos em desenvolvimento

Embora o projeto tenha sido aprovado apenas há cinco meses, um conjunto de ações envolvendo produção técnica e bibliográfica evidencia que os objetivos preconizados são factíveis de ser alcançados. São produtos desse período:

Participação em evento científico

SECUNHO, C. F.; CARVALHO, E. N. S. de. História Social – Estratégia de Intervenção Clínica e Educacional nas Perturbações do Espectro de Autismo – trabalho submetido à apreciação da Comissão Científica do VII Congresso Brasileiro de Autismo – Facas do Autismo para ser apresentado nesse evento, a ser realizado no período de 22 a 25 de novembro de 2006. As autoras do trabalho articulam essa participação com as finalidades do projeto.

Contatos interinstitucionais

Reuniões de trabalho com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal firmando parcerias e articulando ações junto à Diretoria de Educação Especial, para realização de pesquisa sobre as perturbações do espectro do autismo, onde são identificadas demandas relativas às práticas educacionais que vêm sendo aplicadas na escolarização dessa população específica, na rede pública de ensino do Distrito Federal.

Formação de docentes para o ensino superior e pesquisa

Ingresso de dois participantes da equipe do projeto no Mestrado em Psicologia, enquanto se

aguarda a disponibilização e incorporação de duas outras bolsas PROESP-CAPES-PROSÚP, para inserção de mais dois integrantes da equipe.

4.3. Produtos em preparação:

O I Simpósio Brasileiro de Autismo e Ciclo de Vida - I SIBRA encontra-se em fase de preparação e pretende atingir cerca de 200 professores e profissionais que se dedicam ao estudo do espectro de autismo. Estão confirmados na programação os seguintes mini-cursos: Sistemas familiares diante das perturbações do espectro do autismo; Autismo e sexualidade; Contando histórias sociais; Avaliação do autismo – instrumentos para o desdobramento do processo diagnóstico; Aprendizagem e intervenção no espectro do autismo e Educação física especial.

Contatos foram feitos com importantes pesquisadores na área do autismo que, formalmente, aceitaram participar como conferencistas e/ou coordenadores de mesas redondas especiais do evento, dentre eles constam: Walter Camargos Junior.; Maria Cristina Kupfer; Raymond Rosemberg; Maria Isabel Tafuri; Fernanda Dreux Fernandes; Francisco Baptista Assumpção Junior; Ceres Alves Araújo; Sandra Francesca Conte de Almeida; Ana Maria Bereohff Bastos; Marli Marques; André farias Pessoa; Jerusa Maria Figueiredo Netto; Maria Alexina Ribeiro; Celiane Ferreira Secunho; Patrícia Leão e Cristina Madeira Coelho.

Além do evento, estão em fase de elaboração os seguintes trabalhos:

Artigo

ROSSI, T. M. F. & CARVALHO, E. N. S. Perturbações do espectro do autismo e inclusão na escola comum. Brasília, 2006, a ser publicado em periódico nacional indexado.

Livros

Intervenções educacionais no espectro de autismo: alternativas rumo à inclusão, cujos capítulos estão sendo gerados a partir dos conteúdos ministrados nos minicursos do I SIBRA

Desafios atuais da avaliação e intervenção no espectro de autismo, no qual constam as contribuições de vários expoentes que investigam a área e que participarão das mesas redondas do I SIBRA;

Perturbações do espectro de autismo: contribuições atuais, com a participação dos conferencistas do I SIBRA.

Pesquisas de campo

ROSSI, T. M. F.; CARVALHO, E. N. S.; CARVALHO, N. I.; FERREIRA, M. M. Levantamento junto aos professores da rede acerca de suas concepções sobre o espectro de autismo, inclusão do autista e práticas pedagógicas que desenvolvem junto a essa clientela.

ROSSI, T. M. F.; CARVALHO, E. N. S.; CARVALHO, N. I.; FERREIRA, M. M. Mapeamento dos professores que atendem autistas em salas comuns na rede pública de ensino do Distrito Federal.

ROSSI, T. M. F.; CARVALHO, E. N. S.; CARVALHO, N. I.; FERREIRA, M. M. Levantamento das modalidades de capacitação oferecidas aos professores da rede pública inseridos na inclusão de autistas. ROSSI, T. M. F.; CARVALHO, E. N. S.; CARVALHO, N. I.; FERREIRA, M. M. Levantamento de apoio técnico e financeiro oferecido pela Secretaria de Educação do Distrito Federal às escolas inclusivas.

5. Considerações finais

O espectro do autismo é, conforme já aventado, definido pela alteração no desenvolvimento que se manifesta antes da idade de três anos e pelo característico funcionamento anormal nas áreas de interação social, comunicação e comportamento restrito e repetitivo, podendo ou não haver retardo mental ou outras condições associadas. Essas características podem assumir cunho estigmatizante, prenhe de preconceitos, ou possibilitar o reconhecimento de diferenças e especificidades que desafiam o processo de inclusão educacional.

Ao desafiar a escola, o espectro de autismo desafia políticas as públicas, os programas e serviços sociais e a comunidade a organizar-se para, não apenas, garantir a não-exclusão, mas o desenvolvimento pleno, livre e independente de todas as pessoas. Trata-se de tornar incontestes a presença e o reconhecimento do autista no corpo social desde o nascimento. Ou antes, desde a concepção. Se não há como reverter, de imediato, a visão de sociedade e de pessoa subjacentes às ações de vários setores implicados com a inclusão, começar desafiando a escola, como agente do processo de transformação, pode ser um bom caminho. Um ponto de partida e que é assumido na integralidade pelo projeto Perturbações do espectro de autismo – perfil do alunado e intervenção educacional na rede pública do Distrito Federal. é propor aos professores a tematização das políticas de

institucional na rede pública de ensino regular, e propõe aos professores e colegas das escolas de inclusão, para que se desvele e traduza o que as aspirações e os interesses coletivos têm silenciado, quanto à ruptura dos padrões socialmente determinados.

Não se espera, portanto, que a escola rompa, reinvente a organização social, mas que a discuta, no sentido de ter acesso às suas contradições e compreender os motivos que atualmente regem as práticas de escolarização. É utópico pensar em um modelo de inclusão no qual pessoas de diferentes estilos de percepção, ritmos de processamento de informações e diferentes modos de expressar-se sejam aceitas sem restrição, por determinação e força de diplomas legais. Mudar o perfil da escola brasileira implica revogar, por decreto, as modalidades atuais de avaliação, comprometidas com a média, padrão de aferição do desenvolvimento, própria de uma dada concepção de ciência. Requer instaurar uma nova perspectiva de avaliação do desenvolvimento que revele, predominantemente, os entraves no processo de ensino (meios mediacionais e concepções de escolarização) que resultam em aprendizagens deficitárias.

O processo de inclusão escolar pode ser pensado segundo a legislação que o estabelece, criminalizando qualquer atitude excludente explícita, que impeça ou postergue a inserção escolar da pessoa com deficiência. Uma análise da legislação vigente desvela seus princípios axiológicos, sustentados nos direitos humanos, na equidade e nos preceitos democráticos. É da índole da legislação, no entanto, ser impositiva. No que tange à inclusão escolar, preconiza a implantação e a implementação do processo inclusivo, não cabendo no seu texto antever condição para o seu efetivo cumprimento. Por sua vez, o descumprimento da legislação não está oculto aos olhos da sociedade.

Já a literatura especializada sobre inclusão é pródiga em prescrição. Não lhe falta indicação de meios para o êxito do processo inclusivo. Nesse sentido, Canziani (2002) chama a atenção para a necessidade da individualização do ensino; adequação metodológica e do contexto escolar; apoio familiar; participação social e comunitária. Carvalho (2004), por sua vez, dá destaque à participação ativa do aluno nas atividades escolares, promovendo-se a remoção dos obstáculos à aprendizagem. Ao definir as funções da escola inclusiva, privilegia, dentre outros: o envolvimento da família; o intercâmbio da comunidade escolar; o respeito à diversidade e a criação de ambiente acolhedor. Mantoan (2003) reivindica a total redefinição da escola, a ressignificação de seu papel, "sem ensino à parte para os mais e para os menos privilegiados" (p. 8). Enfim, encontra na transformação da escola a possibilidade da mudança paradigmática que sustenta a inclusão. Para isso, propõe o rompimento institucional com as categorizações – regular x especial, normal x deficiente, igual x diferente. Sugere a transformação das mentes. Omote (2004) focaliza aspectos macros voltados para a concepção de educação, a partir dos objetivos educacionais e da atenção ao risco da mera inserção, resultando em inclusão excludente.

Essa discussão requer o entendimento semântico dos conceitos de inclusão-exclusão, vistos na psicologia social como num contínuo, sem oposição em extremos opostos. Sawaia (2001) desenvolve uma abordagem ético-psicossocial da exclusão social e entende a relação dialética da exclusão com seu correlato, a inclusão. Desse modo, o excluído é socialmente incluído, participando da manutenção da ordem social. É o que denomina inclusão perversa (ou inserção social perversa). Jodelet (2001) entende o caráter polissêmico da exclusão, relacionando-a, como Sawaia (ibidem), ao estado estrutural de organização social, desdobrada em relações sociais convergentes.

Trazendo essa reflexão para a escola, entende-se que, em suas origens, foi criada para alguns. Originou-se como não-inclusiva. Portanto, a inclusão escolar é um movimento constante de fazer vir. Como se pretende no discurso atual, não se configura, genericamente, como um movimento de retorno – de inclusão do excluído. A escola nem sempre o acolheu. A caminhada da inclusão escolar, portanto, tende a uma jornada em favor da compreensibilidade, do alargamento de seus espaços de acolhimento, para todos os alunos e também para o professor.

Visto desse modo, o caminho da inclusão escolar é auto-pavimentado. Alimenta-se no desejo de inclusão que emana da escola, a fim de fortalecer o processo de vir a ser inclusiva, por meio da cultura construída e do clima reinante. O processo de auto-promoção à escola inclusiva é tecido pelos valores constituídos na convicção da comunidade escolar, disposta a construir os processos e as ações que virão a qualificá-la como tal. Para isso, não há prescrição externa. É um movimento de dentro, em direção ao reconhecimento, fora.

Assim, o projeto visa contribuir com a promoção da educação inclusiva, tornando-se parceiro da escola, uma escola cujos profissionais podem ser incitados a pensar e discutir seus próprios valores, repensar categorias, criar alternativas e (re)conhecer esse outro que é portador de autismo, mas desvinculados de perspectivas ingênuas de quem assume e reproduz acepções em voga para o momento. Rever concepções, comportamentos e práticas socialmente instituídos e aceitos, exige o compromisso mútuo entre atores da comunidade escolar e estudiosos do espectro do autismo e o movimento dialógico que vai da dinâmica interpsicológica à intrapsicológica, pilares do projeto.

Afinal, são as pessoas com autismo que estão a desafiar as possibilidades de interação social, de comunicação e de comportamento das pessoas ditas normais, seus códigos e concepções.

6 Referências

- ARRUDA, A. O ambiente natural e seus habitantes no imaginário brasileiro. In: _____. (Org.). Representando a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 81.
- ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM IV - Tr. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- BEREOHFF, A. M. P.; LEPPOS, A. S. S.; FREIRE, L. H. de V. Considerações técnicas sobre o atendimento psicopedagógico do educando portador de condutas típicas de síndrome do autismo e de psicoses infanto-juvenis. Brasília: ASTECA, 1994.
- CAMARGOS JR., W. (Coord.). Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Brasília: Ministério da Justiça, 2002.
- CANZIANI, Maria de Lourdes. Inclusão dos portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento no sistema regular de ensino. In: CAMARGOS JR., Walter et al. Transtornos invasivos do desenvolvimento - 3º milênio. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2005.
- CARVALHO, E. N. S. de. (Coord.). Instituições prestadoras de serviço a portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento e transtornos de déficit de atenção/hiperatividade. Brasília: Universa, 2002.
- CARVALHO, E. N. S de et al. Educação de portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento em instituições especializadas. In: REUNIÃO ANUAL SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 33., 2003, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Fundação Mineira de Educação e Cultura - FUMEC, 2003. p. 200 - 201.
- DUTRA, C. R.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para a inclusão. Revista de CCCC, 2005.
- FRITH, U. Autism and alperger syndrome. Cambridge: University Press, 1996.
- _____. Autism: explaining the enigma. Cambridge: University Press, 1995.
- HANFF, B. B. C.; BARBOSA, R.; KOCH, Z. M. Classes de aceleração: pedagogia da inclusão ou da exclusão. Ponto de vista, n. 3/4, p. 27-46.
- JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 53.
- _____. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, A. (Org.). Representando a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p. 48-50.
- KANNER, Leo. Follow up study of 11 autistic children originally reported in 1943. Journal of Autism and Childhood Schizophrenia, v. 1, p. 119-145, 1971.
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.
- MARQUES, E. C. Perturbações do espectro do autismo: ensaio de uma intervenção construtivista desenvolvimentista com mães. Coimbra: Quarteto, 2000.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Estratégias e orientações para a educação de alunos cm dificuldades acentuadas de aprendizagem associadas às condutas típicas. Brasília, 2002.
- _____. Secretaria de Educação Especial, Programa de apoio à Educação Especial- PROESP. Termo de Referência. Brasília, 2003.
- OMOTE, S. Inclusão - intenção e realidade. Marília, SP: Fundepe, 2004.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: ____ (Org.). As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 81.
- WING, L. O contínuo das características autistas. In: Gauderer, J. C. (Org.). Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. Brasília: MAS/CORDE, 1993. p. 90-98.
- WING, I. O. Crianças à parte: o autista e sua família. In: GAUDERER, E. C. (Org.). Autismo década de 80: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: SARVIER, 1985. p. 110-138.
- VIGOSTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. Defectologia. Habana: Pueblo y Educacion, 1995. (Obras Completas, V. 5).

Correspondência

Tânia M de F. Rossi - Universidade Católica de Brasília, Águas Claras, 71966-700 - Taguatinga - DF.
E-mail tania@pos.ucb.br

Recebido em 17 de outubro de 2006

Aprovado em 11 de abril de 2007

[Edição anterior](#)

[Página inicial](#)

[Próxima edição](#)

Cadernos :: edição: 2007 - Nº 29 > Editorial > Índice > Resumo > **Artigo**